

A MARCHA DA LIBERDADE E O PAPEL DAS CIDADES NAS REDES DE PROTESTO

OLIVEIRA, Mariana F. G.¹
ABONIZIO, Juliana.²

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar a Marcha da Liberdade, orientando-nos, principalmente, pelas informações produzidas pela imprensa. Em seguida, buscaremos interpretá-la articulando os conceitos de *acontecimento político* e *movimentos pós-socialistas* de Maurizio Lazzarato, com uso de teorias complementares. Procuraremos, a partir das noções de *redes interativas* e *fluxos* de Manuel Castells, evidenciar o papel das cidades como *nós* para a organização deste tipo de protesto, materializando em suas ruas e praças a reunião de um coletivo de pessoas que já estavam previamente reunidas na internet. Concluimos com a ideia que este tipo de organização de protesto evita a cristalização da agência coletiva em uma entidade burocratizada que se quer unificada, promovendo a diversidade de pessoas e bandeiras.

Palavras-chave: *ação coletiva, redes, acontecimento.*

Abstract

The purpose of this paper is to present the Freedom March by the informations produced by the formal press. We also will interpret it on the concepts of *political happening* and *pós-socialists movements* of Maurizio Lazzarato, using complementary theories. We'll seek, by the notion of *interactive networks* and *flows* Manuel Castells, to highlight the role played by cities as nodes to the organization of this kind of protest, materializing in its streets and squares the meeting of a collective already gathered online. We conclude with the ideia that this kind of organization of protest avoids the crystallization of the agency a tone burocratic unified entity, promoting diversity of people and flags.

Palavras-chave: *collective action, networks, happening.*

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCo) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduada em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo e estudante de Ciências Sociais, ambos também na UFMT. <marianafreitasgo@gmail.com>

² Doutora em Sociologia e docente no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCo) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). <abonizio.juliana@gmail.com>

Introdução

Num primeiro momento, a presença da massa de jovens e velhos nas ruas e praças nos fascina. Há o fervor em reconquistar de maneira coletiva e pacífica de territórios urbanos, praças e largos, verdadeiros espaços públicos marginalizados pela lógica neoliberal privatista que privilegiou não espaços de manifestação social, mas espaços de consumo e fruição intimista. (ALVES, p. 35-36, 2012)

Para os estudiosos de movimentos sociais, 2011 foi um ano com espetáculos à parte. Protestos se articularam globalmente como algo que beira a *epidemia*, “no sentido grego original da palavra” (CARNEIRO, 2012), com pelo menos um caráter comum, a *simultaneidade*, apesar de serem gestados por grupos sociais diferentes, terem carregado bandeiras distintas e terem especificidades históricas únicas. Podemos citar a Primavera Árabe, os indignados na Espanha, a Geração à Rasca em Portugal, as revoltas nos subúrbios de Londres, manifestações na Grécia e na Rússia.

Nos Estados Unidos o *Occupy* foi considerado histórico por ter começado na Avenida que símbolo do sistema financeiro mundial: Wall Street. Contudo, as ocupações de praças e ruas não se detiveram a Nova York, se estendendo a outras cidades americanas (ALVES, 2012; ŽIŽEK, 2012). Na América Latina, as manifestações que ganharam amplitude foram no Chile, mobilizando principalmente estudantes pela causa da educação. No entanto, grandes protestos estudantis também foram realizados no México, Bolívia e Colômbia.



Figura 1

Houve até um movimento global, no sentido de ser organizado globalmente. O 15O³ marcaria a data de 15 de outubro como o dia de ocupações de locais públicos em mais de mil cidades do mundo (ver Figura 1).

Não é nosso objetivo encontrar causas para essa multiplicidade de protestos, pois, sem um exame atento de todos esses movimentos, correríamos o risco de reduzir milhares de motivações pessoais e coletivas a uma reação à crise financeira global que teve início em 2008. Além disso, o cenário da América Latina e do Oriente Médio se destacam com cenários econômicos distintos em relação aos países desenvolvidos, que sofreram os impactos mais profundos desta crise.

³ O site 15october.net se tornou centro oficial de articulação destes protestos, contendo o mapa (Figura 1) com todas as cidades em que havia ocupações previstas.

Cabe a nós, contudo, compreender que os brasileiros foram *contagiados* por essa onda de protestos por meio da imprensa internacional e das publicações em redes sociais, o que refletiu na intensidade das manifestações aqui realizadas e em seu modelo de organização. Um exemplo é a *Slutwalk*, movimento de protestos pelo respeito à mulher. O primeiro levou 3000 pessoas às ruas em Toronto, Canadá, em 3 de abril de 2011. O movimento foi uma resposta à declaração do policial Michael Sanguinetti, quando questionado sobre os diversos casos de abuso sexual de mulheres que estavam ocorrendo na Universidade de Toronto. Ele disse que “as mulheres deveriam evitar se vestirem como vadias (*sluts*, no inglês original) para não serem estupradas” (iG São Paulo, 2012; FOLHA DE SÃO PAULO, 2011). A frase, carregada de conservadorismo, foi apropriada pelas mulheres, que usaram o termo pejorativo para a autoafirmação de uma determinada maneira de *se ver* mulher e exigir respeito. O mesmo foi feito com a imagem do *ser vadia* com a escolha das manifestantes de vestir sutiãs, saias curtas, batons vermelhos e pintar seus corpos com reivindicações por respeito.

No mesmo ano, *Slutwalks* foram realizadas em Los Angeles e Chicagos (EUA), Buenos Aires (Argentina), Amsterdã (Holanda), entre outras cidades do mundo. No Brasil, o nome foi traduzido para Marcha das Vadias e foi realizado em pelo menos em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Fortaleza. A apresentação do evento na página no Facebook do protesto em São Paulo dizia: “Não é culpa dos nossos vestidos, salto alto, regatas, saias e afins que todos os dias mulheres são desrespeitadas e agredidas sexualmente, isso é culpa do machismo ainda muito presente na nossa sociedade. As mulheres do mundo estão se unindo” (FOLHA, 2012). É interessante observar que o movimento continuou em 2012, com ampliação da divulgação por parte da imprensa e adesão de grupos de outras cidades.

Outros exemplos são a Marcha Contra a Corrupção e a Marcha pelo Estado Laico. A primeira teve duas edições em 2011, em várias cidades. Em 2012 já ocorreu uma grande edição, em 21 de abril, e foi realizada em cerca de 40 cidades (MARTINS, 2012). A segunda, ainda que com menos repercussão, levou manifestantes às ruas em Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Recife em 2011 (Blog MARCHA PELO ESTADO LAICO, 2011).

É importante acentuar que esse tipo específico de protesto, a tomada das ruas e praças, a ocupação do espaço público e a intervenção no cotidiano da cidade é tão antiga quanto são as rebeliões populares. Esse modelo, talvez herdado das romarias cristãs, representa um instrumento de ação coletiva importante e usado por revolucionários e

reacionários desde as revoltas camponesas da Europa feudal. No Brasil destacam a Marcha dos 100 mil, realizada em 1999, em Brasília, contra as políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso. Quanto às reacionárias, basta lembrar as recentes Marchas para Jesus, organizadas por Igrejas Evangélicas de diversos matizes, e a histórica Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que marca o início da Ditadura Militar brasileira.

O fenômeno que presenciamos entre esses movimentos que surgem no país é a adoção do nome *marcha* para caracterizar todo o conjunto do coletivo. O ato de marchar, além de ser um modelo de protesto, é também parte do movimento em si. Organizações de movimentos sociais anteriores já adotavam este nome, mas são organizações burocraticamente unificadas e com caráter diferente. Podemos citar a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Margaridas, ambas lideradas por trabalhadoras rurais. Há também redes de pequenos grupos de interesse, como a Marcha da Maconha (*Global Marijuana March*, que teve início em 1999 nos EUA, encabeçada pelo ativista Dana Beal), que se organiza anualmente e atua de maneira descentralizada (VÁRIOS AUTORES, s/d).

Os protestos da Marcha da Maconha são feitos no Brasil desde 2002, no Rio de Janeiro. Nacionalmente, o movimento se articula desde 2007 (VÁRIOS AUTORES, s/d). Em 2008 houve uma tentativa de fazer a Marcha da Maconha no Brasil em doze capitais, programada para o dia 04 de maio, mas em todas foram expedidas liminares proibindo a realização das passeatas. As Marchas deveriam ocorrer em Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, mas só ocorreu em Recife, ainda assim com confusão e prisões (G1, 2008). Já em 2009 e 2010 a Marcha da Maconha ocorreu pacificamente e sem maiores problemas em várias cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (VÁRIOS AUTORES, s/d).

Em 2011, porém, a repressão alcançou outro patamar. A justiça voltou a proibir a Marcha da Maconha em São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba, embora já ela tivesse sido realizada em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Vitória e Niterói, entre outras. Mesmo com a proibição os paulistas decidiram realizar a Marcha, que teve de ser renomeada para Marcha da Liberdade de Expressão, levando cerca de 2000 pessoas à Avenida Paulista em 21 de maio. A resposta da Polícia Militar foi “três horas de bombas, balas de borracha, gás de pimenta e cassetetes nos manifestantes” (MONCAU, 2011). Profissionais da imprensa também foram atingidos - o repórter da TV Folha de

S. Paulo Felix Lima foi agredido e teve seu equipamento danificado pela Guarda Civil Metropolitana -, imbuindo às notícias um tom negativo à repressão, o que contribuiu com a adesão à causa (FOLHA, 2011).

O movimento revidou com outro protesto. Nomeado de Marcha da Liberdade (ao invés de Marcha *pela* Liberdade de Expressão), o ato foi realizado dia 28 de junho, também na Paulista. Desta vez 4000 pessoas foram às ruas, de acordo com os cálculos da PM. Não houve grandes confrontos (RIBEIRO, 2011; FOLHA, 2011; REDE BRASIL ATUAL, 2011, COLETIVO DAR, 2011; SÁ, 2011). Na convocatória, distribuída indefinidamente pelas redes digitais, lia-se:

Quando a tropa de choque bateu nos escudos e, em coro, gritou CHOQUE! a Marcha pela Liberdade de Expressão do último sábado se tornou muito maior. Não em número de pessoas, mas em importância, em significado.

Foram liminares, tiros, estilhaços, cacetadas, gases e prisões sem sentido. Um ataque direto, cru, registrado por centenas de câmeras, corpos e corações. Muita gente acha que maconheiros foram reprimidos.

Engano...

Naquele 21 de maio, houve uma única vítima: a liberdade de todos.

E é por ela que convocamos você a aparecer no Vão Livre do MASP, sábado que vem, dia 28, às 14hs. (VÁRIOS AUTORES, 2011).

Contudo, a repressão à Marcha anterior refletiu no judiciário, que, por meio do Supremo Tribunal Federal votou por unanimidade a liberação de protestos a favor da descriminalização e legalização das drogas, baseando-se nos princípios da liberdade de expressão. Pela decisão, tomada em 15 de junho, o artigo 287 do Código Penal (tipifica como crime fazer apologia de "fato criminoso" ou de "autor do crime" relacionado às drogas) deve ser interpretado conforme a Constituição, e não de forma a impedir manifestações públicas (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2011).

Ao fim da 1ª Marcha da Liberdade, os manifestantes sentaram-se no chão, fizeram falas de solidariedade aos movimentos que lutam pela liberdade no mundo e convocaram o Dia Nacional da Liberdade, a ser comemorado em 18 de Junho em diversas capitais do país (RIBEIRO, 2011). A convocatória deu certo e três dias depois da decisão do STF, estavam marcadas 40 Marchas da Liberdade em cidades de todas as regiões (R7, 2011; G1, 2011). O movimento ganhou amplitude em todos os sentidos. A questão da maconha já havia se tornado secundária, quase imperceptível frente à imensidão de reivindicações de todos os gêneros. O mote da *liberdade*, muito além de

se tornar a grande bandeira do movimento, permitiu que cada um carregasse consigo a sua própria bandeira, como vemos na convocatória já citada:

Ciclistas, peçam a legalização da maconha... Maconheiros, tragam uma bandeira de arco-íris... Gays, gritem pelas florestas... Ambientalistas, tragam instrumentos... Artistas de rua, falem em nome dos animais... Vegetarianos, façam um churrasco diferenciado... Moradores de Higienópolis, venham de bicicleta... Somos todos cadeirantes, pedestres, motoristas, estudantes, trabalhadores... Somos todos idosos, pretos, travestis... Somos todos nordestinos, bolivianos, paulistanos, vira-latas. E somos livres! (VÁRIOS AUTORES, 2011)

A Marcha da Liberdade como *acontecimento político*

Entender como este movimento emergiu, com todas as peculiaridades já expostas, nos ajuda a construir um caminho teórico para compreendê-lo. Tomar a Marcha da Liberdade por objeto de pesquisa pode ser um desafio. Seu caráter difuso, a pluralidade de vozes que se fizeram ouvir naquele 18 de junho e a diversidade de bandeiras levantadas deixam claro que é impossível encará-la enquanto uma unidade sólida. E são justamente estas características que devem ser consideradas no processo de escolha das melhores ferramentas teórico-metodológicas para sua compreensão.

A comparação entre a Marcha da Liberdade e movimentos sociais tradicionais também é útil para essa escolha. Selecionando apenas os mais conhecidos percebemos que parece haver mais diferenças que semelhanças. Movimento camponês, estudantil, feminista, étnico, ecologista e de trabalhadores são nomes que carregam em si diversos sentidos históricos estabelecidos, que indicam uma suposta unidade. Mesmo não sendo verdadeira a unidade interna dos movimentos sociais é visível que estamos tratando de outro tipo de ação.

A Marcha da Liberdade poderia ser investigada à luz do conceito de movimento social. A diversidade de correntes teóricas usadas para explicar este tipo de fenômeno social, além daquelas forjadas especialmente para isso, poderiam nos dar fundamentos para sua compreensão. Um dos conceitos mais importantes do circuito brasileiro de pesquisadores é o de Maria da Glória Gohn (2011, p. 335): “encaramos [os movimentos sociais] como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”.

É certo que o campo de pesquisa necessita de conceitos fundamentais, que possam englobar todos os fenômenos de um mesmo gênero. Mas é próprio destes fenômenos sociais assumirem formas variadas, refletir sobre suas ações e buscar se

reinventar, criando novos padrões. Dessa forma, um conceito genérico não possibilitaria que compreendêssemos a singularidade do objeto. Outro pormenor de que devemos tratar é a realização de uma única Marcha da Liberdade – houve em várias cidades, mas não se repetiu no ano seguinte como os outros movimentos. Ao assinalarmos essa importante característica, percebemos que a melhor escolha teórica é aquela que pode revelar a Marcha como aquilo que ela é: um evento.

O conceito mais indicado para essa perspectiva é o *acontecimento*. Mendonça (2007, p. 117) explica que este tem sido utilizado principalmente em estudos acerca dos meios de comunicação e, mais especificamente, em pesquisas sobre jornalismo, “entendendo o *acontecimento* como aquilo que é digno de conhecimento, e debruçando-se sobre os modos de tratamento discursivo que possibilitam a circulação dele sob a forma da informação (...) feito por meio da restrição à sua efetuação espaço-temporal (o fato)”. A proposta do autor é superar essa restrição a partir do tratamento dos movimentos sociais enquanto *acontecimento*, ou seja, os movimentos sociais não seriam somente agentes do *acontecimento*, mas sim (e também) fruto dele. Isso permitiria fugir da dicotomia *ator x estrutura* que, segundo Mendonça, seria cara às Ciências Sociais.

Interpretar um movimento social a partir do conceito de *acontecimento* é percebê-lo como descontinuidade que irrompe no tecido social, permitindo a reinterpretação de elementos que o precederam e dos campos de possibilidade que o sucederão. Ao reconfigurar, interpretativamente, fragmentos da realidade social, tais agências coletivas afetam o contexto em que se situam e os próprios sujeitos que as constituem, ao mesmo tempo em que são por eles edificadas (MENDONÇA, 2007, p. 117)

O autor não é o primeiro a fazer essa proposta. Em livro editado no Brasil em 2006, Maurizio Lazzarato, inspirado nas ideias de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Mikhail Bakhtin, propõe o conceito de *acontecimento político*. “O modo do acontecimento é a problematização. Um acontecimento não é a solução de problemas, mas a abertura de possíveis” (p. 14). Ele pensa a possibilidade dentro do regime de criação de possíveis e de sua atualização. Seguindo os passos de Deleuze, afirma que o possível (ou *virtual*, na construção deleuziana) não mais orienta o pensamento e a ação de acordo com alternativas preconcebidas, mas sim é um possível que ainda precisa ser criado. Esse novo “campo de possíveis” desloca as oposições binárias e expressa novas possibilidades de vida.

O sobrenome *político* dado por Lazzarato ao conceito serve para apontar aquilo que é particular a esse tipo de *acontecimento*. Para ele, “encontramo-nos muito mais

próximos da política do que acreditávamos” (2006, p. 19). Em todo conflito político clássico haveria dois diferentes regimes de possível: o conflito como alternativa subjacente às condições de possibilidade dadas e o conflito como denegação de uma atribuição prévia de papéis, de funções, de percepções, de afetos. Contudo, aqueles a quem o autor nomeia *movimentos pós-socialistas* destruiriam esse esquema sem perder de vista “as alternativas atualizadas (capitalistas/trabalhadores, homens/mulheres) que geralmente estão na origem das lutas” (p. 20).

A ação política é uma dupla criação que acolhe simultaneamente a nova distribuição de possibilidades e trabalha por sua efetuação nas instituições, nos agenciamentos coletivos "correspondentes à nova subjetividade" que se expressa através e no acontecimento. A efetuação de possíveis é, ao mesmo tempo, um processo imprevisível, aberto e arriscado (LAZZARATO, 2006, p. 20).

A criação, efetuação e atualização desta “nova subjetividade” seria aquilo que o *acontecimento político* permite. A transformação da subjetividade é, para o autor, aquilo que o sintetiza. Para exemplificar esta transformação Lazzarato cita a Batalha de Seattle, uma onda de manifestações para impedir a realização da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) naquela cidade. Os protestos começaram em 30 de novembro de 1999⁴ e duraram cinco dias. A participação de grupos diversos é uma das grandes características deste movimento, que conseguiu reunir 50.000 pessoas. Ecologistas, anarquistas, sindicalistas, estudantes, mulheres, grupos étnicos, vegetarianos, ciclistas, ativistas de mídia e outros tantos lutaram juntos por “outro mundo possível” (LAZZARATO), slogan adotado posteriormente pelo Fórum Social Mundial⁵.

Além de impedir que diversos contratos comerciais bilionários de alcance global forem fechados, o *acontecimento* alcançou nível global. Em solidariedade, foram realizados protestos na Cidade do México, Amsterdã, Nova Déli, Bangalore, Lisboa, Paris, Gênova, Berlim, Ancara, Roma, Baltimore, Islândia, Filadélfia, Nashville, Milão, Tucson, Manila, Boston, Austrália, Israel e no País de Gales.

⁴ Outro nome dado ao movimento é N-30, devido ao dia em que começaram os protestos. Essa fórmula foi adotada em protestos realizados em 2011, como o 15M espanhol (começaram em 15 de maio) e o próprio 15º, protesto global já citado.

⁵ Evento organizado desde 2001 por movimentos sociais de vários continentes com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. Foi proposto como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, que se realiza anualmente em janeiro. Já foram realizadas nove edições, cinco delas no Brasil.

Voltamos então à Marcha da Liberdade, que compartilha com o movimento em Seattle a diversidade de grupos participantes. Contudo, há a diferença pontual das bandeiras levantadas. Em 1999 a questão-chave era globalização do capitalismo, a qual os manifestantes iam contra por crer que os resultados seriam a exploração e dominação de países economicamente periféricos. Já o nosso objeto não trata especificamente de questões econômicas, até porque ocorreu em um momento em que o cenário brasileiro é de pretensa prosperidade. Fora isso, podemos dizer que as semelhanças entre os eventos são o suficiente para nos permitir usar a mesma categoria teórica, o *acontecimento político*.

Lazzarato afirma que os dias de Seattle – e, conseqüentemente, também a Marcha da Liberdade – foram, antes de tudo, um agenciamento corporal, uma mistura de corpos composta de singularidades individuais e coletivas. Além disso, possibilitou novos agenciamentos corporais e novas formas de expressão, reafirmando aquilo que disseram Mendonça (2007) e Lazzarato (2006): a magia do *acontecimento* está em seu poder de iluminar o passado, dando a ele novos sentidos, e revelar futuros possíveis.

O mundo possível existe, mas não existe mais fora daquilo que o exprime: os slogans, as imagens capturadas por dezenas de câmeras, as palavras que fazem circular aquilo que "acaba de acontecer" nos jornais, na internet, nos laptops, como um contágio de vírus por todo o planeta. O acontecimento se expressa nas almas, no sentido em que produz uma mudança de sensibilidade (transformação incorporeal) que cria uma nova avaliação: a distribuição dos desejos mudou. Vemos agora tudo aquilo que nosso presente tem de intolerável, ao mesmo tempo que vislumbramos novas possibilidades de vida (...) (LAZZARATO, 2006, p. 22).

Podemos fazer um jogo de palavras com o trecho supracitado: a *liberdade* existe, mas não existe mais fora daquilo que a exprime. Para o autor, ao comunicarmos nossos desejos, conferimos a eles certa realidade, que precisa ser efetuada “ao difundir e ao estruturar novos agenciamentos corporais na sociedade” (2006, p. 22). Assim, a liberdade reivindicada nasce a partir do momento da reivindicação e se infiltra na organização desse cruzamento de corpos, seja coletivos ou individuais. Ela se perpetua na ação social do sujeito e, principalmente, quando transforma sua subjetividade, o que é um caminho sem volta.

A cidade e a internet

A história dos movimentos sociais se mistura à história das cidades. O uso do termo na literatura científica (ver Sherrer-Warren, 1987) coincide com o período de industrialização na Europa e com o surgimento do proletariado. Apesar de ser notória a existência de conflitos sociais no campo muito antes da invenção do conceito, o estudo dos movimentos sociais como agentes de mudanças só se estabeleceu com os conflitos que tomaram forma nas ruas das cidades.

O cenário contemporâneo é, obviamente, muito distinto daquele encontrado pelos primeiros pesquisadores de movimentos sociais. Essas diferenças são visíveis em nosso objeto, cujas singularidades representam as mudanças por que passaram as organizações da sociedade civil ao longo dos séculos. As reivindicações trabalhistas ou mesmo a ideia de uma revolução proletária não desapareceram por completo, mas agora convivem com imperativos de outras naturezas. Podemos ver isso na Marcha da Liberdade, onde caminharam lado a lado integrantes de organizações sindicais e ecologistas, feministas, movimento estudantil, ciclistas e tantos outros.

A essência *conflituosa* (TOURAINÉ, 1998) dos movimentos sociais também se manteve, contudo, e também por isso elegemos o conceito de *acontecimento* para a análise da Marcha, não permite mais o delineamento de um *adversário* (idem) que oponha os dois lados de um conflito. Lazzarato apresenta uma explicação para esse movimento histórico: a grande capacidade dos *movimentos pós-socialistas* seria a de abrir novas perspectivas, *devires*, mundos possíveis, a partir da negação de uma realidade; isso sem impor o modelo deste mundo a ser criado, como normatiza o marxismo. As dicotomias são reajustadas na contemporaneidade.

Apesar disso, há uma característica que a Marcha da Liberdade e Seattle compartilham que nos indica um possível adversário, ou mesmo uma força que represente vários interesses: a violência policial. Se a repressão da Polícia Militar paulista foi o estopim para um movimento que residia no subterrâneo da vida social, a atuação da polícia americana mostra claramente a que interesses servem o aparato militar. Foram 630 manifestantes presos naqueles dias de novembro. No Brasil, a força foi usada para calar um grupo que protestava contra a política anti-drogas do país⁶. Nos

⁶ O movimento é contra a política proibicionista brasileira, inspirada na Guerra às Drogas norte-americana, que criminaliza substâncias psicoactivas.

Estados Unidos, o objetivo era garantir a realização da Rodada do Novo Milênio, que definiria as regras do jogo da globalização produtiva.

O momento da repressão simbolizaria o que Mendonça afirma ser a briga para que a malha do tecido social volte ao normal, dada a descontinuidade provocada pelo *acontecimento*. Em ambos os casos a violência foi combustível para o agenciamento coletivo, provocando a solidariedade e a intensificação dos protestos. A briga, neste caso, seria da sociedade civil contra o Estado e o mercado, este segundo principalmente em Seattle. Dessa maneira, poderíamos delinear as feições dos adversários de ambos os movimentos, reafirmando, contudo, que é menos importante a derrota do outro do que a afirmação de uma possibilidade ainda desconhecida, mas em construção.

A característica mais interessante da Marcha da Liberdade, no entanto, é seu modo de organização. Manifestações simultâneas em diversas cidades são realizadas no Brasil pelo menos desde as Diretas Já, mas o uso das internet para organizá-las, divulgá-las e comunicá-las, é algo mais recente. A apropriação da internet pelos movimentos sociais existe desde a insurreição do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em Chiapas, estado Mexicano. Camponeses se rebelaram e instituíram um Estado paralelo, por meio da “tomada” de quatro cidades e mais de 600 propriedades rurais. Hoje há 32 municípios autônomos zapatistas em Chiapas. No momento do nascimento desta rebelião, em 1994, a internet ainda era incipiente, mas as mensagens escritas pelo subcomandante Marcos, líder do movimento, se difundiram e encontraram simpatizantes em todo o mundo.

A Batalha de Seattle também sofreu influência da comunicação via ciberespaço, mas desta vez não só para divulgar as ações dos grupos naqueles cinco dias de protestos. De fato, o movimento nasceu nos grupos de e-mail de organizações anarquistas e ativistas de mídia. Também devemos à rede mundial de computadores o nascimento do Centro de Mídia Independente (CMI), organização criada no momento pós-Seattle com a missão usar a mídia para expor condições de exploração e injustiças de todo gênero. É mantida por grupos descentralizados, normalmente de raiz anarquista, que se organizam na forma de rede e combatem a chamada “grande mídia”⁷.

De 1999 a 2011 a internet sofreu transformações imensas. Em 2002 surge chamada Web 2.0, que não representa uma atualização técnica, mas a percepção da possibilidade da criação de *redes interativas*, conceito proposto por Manuel Castells

⁷ Nos Estados Unidos, cerca de oito empresas controlam 50% da mídia. No Brasil, nove famílias controlam mais de 90% da mídia eletrônica.

(2009). Compreendendo este espaço multimídia como ambiente simbólico, o autor admite que interação mediada por computador é também construtiva de realidades, sentidos e representações. A isso ele dá o nome de *cultura da virtualidade real*. O desenvolvimento desta forma de comunicação não deixaria de afetar os movimentos sociais e as organizações políticas, que integraram ao cotidiano de debates e mobilizações as ferramentas disponíveis na internet.

Não só os movimentos sociais foram afetados pelas novas possibilidades abertas pela internet. Ainda na linha proposta por Castells (2009), a ideia de cidade foi profundamente transformada e passou de um lugar estático a um ponto de confluência entre diversas cidades, que formam um circuito, ou rede. A isso se soma a noção de *fluxos*, denominação usada pelo autor para diferentes “dinâmicas de deslocamentos espaço-temporais típicas da economia global “flexível” e financeirizada” (2009, p. 23). Dessa maneira, as cidades seriam os nós de uma rede cujos fluxos determinantes seriam de produtos, transações comerciais, dinheiro, informação, conhecimento e, obviamente, pessoas.

A Marcha da Liberdade é exemplo de como isso afeta os movimentos sociais. A partir do momento em que não se calculam o número de pessoas que participaram de um protesto, mas sim em quantas cidades ele se deu, vemos a inversão uma determinada ordem. As centrais sindicais, por exemplo, têm a prática de organizarem em seus comitês locais e estaduais delegações para viagens à Brasília, cidade símbolo do aparato estatal brasileiro, onde ocorrem as negociações trabalhistas de nível nacional. Essa prática não foi repetida pelos participantes da Marcha, primeiro porque não havia uma entidade que centralizasse o processo, e segundo porque não era a intenção do movimento.

Esse modo de organização só foi possível por causa das tecnologias de informação. De fato, os movimentos que marcaram 2011 tornaram conhecido o uso do Facebook⁸ para marcar protestos e organizar ações coletivas. A Primavera Árabe acabou ganhando o apelido de “Revolução do Facebook”, por conta do uso massivo de ferramentas digitais pelos manifestantes. Exageros à parte é certo em que todos os movimentos que citamos no início deste texto essa rede social em particular foi utilizada para marcar reuniões, divulgar os movimentos e concentrar os apoiadores das causas.

⁸ Do Facebook foram usados principalmente dois aplicativos que podem ser criados por qualquer usuário, o Evento e os Grupos. O primeiro permite que o usuário crie uma página divulgando seu evento e convide pessoas, que podem confirmar a participação, rejeitar ou mesmo ficar no meio termo, clicando em “talvez”. O segundo é usado para reunir pessoas e pode ser aberto ou fechado.

Assim, a internet funciona como catalisadora de um processo de organização que não é novo, mas foi aprimorado por consequência do desenvolvimento das ferramentas. É por meio dela que os sujeitos que promoverão o *acontecimento político* (e serão por ele transformados) interagem, produzem, editam, recebem e compartilham informações pré e pós-ato. Essa reunião virtualmente concebida se materializa nas praças e ruas das cidades. São dois espaços de sociabilidade que se complementam, formando um circuito de *fluxos* comunicacionais intensos, uma rede ao mesmo tempo virtual e real.

Os manifestantes disputam os dois espaços, cada um a seu tempo e de determinada maneira. No ciber, buscam atenção dos internautas para suas causas, realizam reuniões inteiras e produzem conteúdo, eternizado nos arquivos da rede. Já a cidade representa o retomar do *espaço público*, daquilo que é comum e é de direito de todos, que vai além do que é pontual. “Nós tomamos a ruas de volta” (VÁRIOS DIRETORES, 2000), diz um dos que estiveram em Seattle.

Da unidade à diversidade

Em 18 de junho 2011, milhares de pessoas realizaram a Marcha da Liberdade. Apesar de terem ocorrido pelo menos 40 protestos com o mesmo mote, podemos encarar todos os protestos como um grande ato. Todavia, um termo melhor para definir este movimento seria rede de protestos, pois os *acontecimentos* estão articulados por uma linha invisível em que transitam desejos e indignações comuns. O termo foi inspirado no conceito de *redes de movimentos sociais* (SHERRER-WARREN, 2006) e adequado ao objeto em questão.

Dessa maneira, a rede nasce em São Paulo, mas - e aqui temos que manter em mente a noção de *fluxos* de Castells - chega a outras cidades por meio da solidariedade entre os manifestantes. Cabe à imprensa o papel de noticiar a repressão da PM e a realização da primeira Marcha em São Paulo; a internet e suas *redes interativas* têm a função de compartilhar a indignação e a solidariedade, serve de catalisador das convocatórias e da mobilização, e ainda permite sua perpetuação após o evento; as cidades são o lugar da caminhada de fato, dos cartazes, apitos e narizes de palhaço, das entrevistas aos jornalistas e das filmagens e fotografias amadoras. As cidades se tornam uma base física para a rede virtual, o nó da rede de protestos.

Devemos salientar que a Marcha da Liberdade foi apenas semi-organizada, pois manteve certa espontaneidade. Afinal, não havia protocolo que garantisse a realização da mesma – não sabemos nem se todas as 40 cidades conseguiram juntar pessoas o suficiente para seus atos. O simples fato de 1000 pessoas confirmarem presença no evento do Facebook não significava que todas iriam, já que, obviamente, é mais fácil apertar o botão na rede social do que de fato ir marchar. Além disso, a falta de uma entidade nacional que centralizasse o movimento permitia que participassem pessoas que não atuam em organizações políticas e coletivos de outros tipos.

O contingente de manifestantes formava um grupo eclético, alguns mais ativos politicamente que outros, e cada sujeito carregava uma bandeira própria. Assim, a diversidade é a característica marcante desse *acontecimento político*. Não havia sinais de ser a intenção destes sujeitos iniciar algo sólido e, mesmo que fosse, seria uma tarefa complicada reuni-los em uma entidade formalizada e burocrática. Portanto, ao contrário dos movimentos sociais clássicos, este tipo de organização de protesto evita a cristalização da agência coletiva em uma entidade burocratizada que se quer unificada, promovendo a diversidade de pessoas e bandeiras.

Já de Seattle nasceu a rede Direct Action Network (DAN), formada para coordenar ações diretas. Logo essa rede alcançou outras cidades americanas e formou a Continental Direct Action Network (CDAN), que rapidamente se expandiu para 12 cidades. Os diretórios locais eram formados por grupos de afinidade autônomos que coordenavam ações via conselhos de representantes usando a delegação o modelo consensual de decisão.

Além de Seattle, a DAN contribuiu com a organização de cinco mobilizações: Protestos contra o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, de 8 a 17 de abril de 2000; protestos durante a Convenção Nacional do Partido Republicano (Filadélfia), em 29 de julho de 2000; e durante a Convenção Nacional do Partido Democrata (Los Angeles), em 11 de agosto do mesmo ano; em 2001, houve ato na posse de George W. Bush (Washington), em 20 de janeiro; a última articulação foi em 2 de fevereiro de 2011, durante o Fórum Econômico Mundial (Nova York). Logo após 11 de setembro, a rede desapareceu.

Registros das discussões da DAN na internet mostram que, apesar da tentativa de formar uma estrutura burocrática para a rede, havia um consenso de que essa estrutura não poderia ser fixa. “There was general agreement that DAN is not, and not intended to be, an "organization" but rather an entity composed of organizations

(COHEN, 2000). Essa descrição coincide com a noção de *rede de movimentos sociais* de Sherrer-Warren, mas há peculiaridades nesta rede. Apesar de ser formada principalmente por grupos anarquistas, há uma tentativa de eleger um grupo central de coordenação, que seria responsável por votar os pedidos de “filiação”, como vemos no trecho do email:

The principle now reads: Founding members of DAN will compose the initial spokescouncil. They will decide on requests by other groups for membership. It is assumed that a new group will be welcome to join unless an existing member objects, in which case the normal decision-making process will be followed when considering the group's membership. Representatives of new organization can attend the orientation and petition there for membership. New members must agree to DAN mission statement, values and principles. (COHEN, 2000)

Nossa hipótese, que dificilmente será testada, é que essa tentativa de burocratização do agenciamento coletivo foi a culpada pela perda da força dessa rede. A proposta de organizar movimentos que nasceram espontâneos, com o objetivo de provocar outros *acontecimentos* do mesmo gênero, parece ser o caminho inevitável de um processo de mudança. Todavia, as condições necessárias para a irrupção de uma mobilização nascem das motivações dos atores e da estrutura social, em uma articulação invisível dos dois níveis. A concretização do *acontecimento* nunca termina, mas se desenvolve na subjetividade dos atores. Também não possui início, por isso é difícil saber como começá-lo.

Assim, esse grupo sólido que consiste o corpo do *acontecimento* é formado por uma multiplicidade de pessoas que representam interesses diversos, formando uma estrutura de gentes, uma rede de pessoas e coletivos. A busca pelo pensamento único só empobreceria essa rede e a falta da diversidade incapacitaria os atores de enxergar a realidade com a insatisfação que o momento pede – “Não suportamos mais aquilo que suportávamos”, anuncia Lazzarato sobre Seattle. A diversidade é aquilo que transfigura os sentidos clássicos de igualdade e da liberdade, oportunizando ao sujeito o exercício simultâneo de papéis diferentes – um ecologista pode ser homossexual, marxista e trabalhador, não há regras a seguir. Essa diversidade, por fim, que é materializada no corpo coletivo, no grito de indignação polissêmico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Ocupar Wall Street... e depois?* In: CARTA MAIOR. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

CARNEIRO, Henrique Soares. *Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011*. In: CARTA MAIOR. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

COHEN, Mark. *Notes from "what is dan?" discussion*, publicada na lista de email [discuss-dan]. Disponível em http://greens.org/colorado/list_archives/discuss-dan/msg00143.html. Acesso em 08.07.2012

COLETIVO DAR (2011). Comunicado da Marcha da Liberdade: não silenciaremos. Disponível em <<http://coletivodar.org/2011/05/comunicado-da-marcha-da-liberdade-nao-silenciaremos%E2%80%8F/>> Acesso em 19.06.2012.

FOLHA DE SÃO PAULO (2012). *São Paulo recebe a Marcha das Vadias no sábado*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/925192-sao-paulo-recebe-a-marcha-das-vadias-no-sabado.shtml>> Acesso em 8.07.2012.

FOLHA DE SÃO PAULO (2011). *Marcha da Liberdade tem início em São Paulo*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/922331-marcha-da-liberdade-tem-inicio-em-sao-paulo.shtml>> Acesso em 8.07.2012.

G1 (2008). *Justiça proíbe Marcha da Maconha em 9 capitais brasileiras*. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL452646-5598,00.html>> Acesso em 8.07.2012.

G1(2011). *Manifestantes encerram a Marcha da Liberdade na Avenida Paulista*. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/06/manifestantes-encerram-marcha-da-liberdade-na-avenida-paulista.html>> Acesso em 19.08.2012.

GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-agosto. 2011.

_____. b. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

IG SÃO PAULO (2012). *Mulheres tiram a roupa na Marcha das Vadias em protesto contra violência*. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2012-05-26/mulheres-tiram-a-roupa-na-marcha-das-vadias-em-protesto-contrav.html>> Acesso em 19.08.2012.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

MARCHA PELO ESTADO LAICO (2011). Blog do movimento. Disponível em <<http://marchaestadolaico.wordpress.com/>>. Acesso em 8.07.2012.

MARTINS, Andreia (2012). *Marcha Contra a Corrupção vai hoje às ruas de mais de 40 cidades pedir julgamento do mensalão*. São Paulo: UOL. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/04/21/marcha-da-corrupcao-quer-tornar-corrupcao-crime-hediondo-e-pede-julgamento-do-mensalao.htm>> Acesso em 8.07.2012.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público*. Lua Nova, São Paulo, 72: 115-142, 2007.

MONCAU, Gabriela (2001). *Repressão à liberdade de expressão na Marcha da Maconha em São Paulo*. Revista digital Desinformémonos. Disponível em <<http://desinformemonos.org/2011/06/marcha-da-maconha-em-sao-paulo/#respond>> Acesso em 8.07.2012.

POLLETTA, Francesca. *Freedom Is an Endless Meeting: Democracy in American Social Movements*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

R7 (2011). *Marcha da Liberdade ocorre em mais de 40 cidades*. Disponível em <<http://noticias.r7.com/cidades/noticias/marcha-da-liberdade-ocorre-hoje-em-mais-de-40-cidades-20110618.html>> Acesso em 19.06.2012.

REDE BRASIL ATUAL (2011). *Marcha da Liberdade promove reunião “ecletica” no centro de São Paulo*. Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/2011/05/marcha-da-liberdade-promove-reuniao-2011ecletica2011d-no-centro-de-sao-paulo>> Acesso em 19.06.2012.

RIBEIRO, Guilherme (2011). *Marcha da Liberdade reúne milhares em São Paulo*. Mtv. Disponível em <<http://mtv.uol.com.br/ultimas/marcha-da-liberdade-reune-milhares-em-sao-paulo-veja-fotos>> Acesso em 19.06.2012.

SÁ, Xico (2011). *22 razões para ir à Marcha da Liberdade*. Outras Palavras. Disponível em <<http://www.outraspalavras.net/2011/05/28/22-razoes-para-ir-a-marcha-da-liberdade/>> Acesso em 19.06.2012.

SHERRER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais no mundo multicultural*. KATÁLYSIS, v. 8 n. 1 jan./jun. Florianópolis SC 24-31, 2005.

_____. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora UFSC, 1987.

_____. *Sujeitos e Movimentos Conectando-se Através de Redes*. Palestra proferida na Mesa Redonda: A sociedade em rede e cibercultura, Congresso Internacional de Ética e Cidadania – Curitiba 31 a 04/10/2000.

_____. *Das ações coletivas às redes de movimentos sociais*. Santa Catarina, 2006.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (2011). *STF libera “marcha da maconha”*. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=182124>> Acesso em 8.07.2012.

TOURAINÉ, Alain. *¿Podremos vivir juntos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1997.

VÁRIOS DIRETORES. *Essa é a cara da democracia*. 01:08:50, 2000.

VÁRIOS AUTORES (s/d). *Página Marcha da Maconha*. Wikipédia. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_da_Maconha>. Acesso em 8.07.2012.

VÁRIOS AUTORES (2011). *Convocatória da 1ª Marcha da Liberdade*. Casa Fora do Eixo. Disponível em <<http://casa.foradoeixo.org.br/blog/2011/05/1%C2%AA-marcha-da-liberdade/>> Acesso em 19.06.2012.

ŽIŽEK, Slavoj. *O violento silêncio de um novo começo*. In: CARTA MAIOR. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

Outras referências (Acessos em 19.06.2012)

<https://www.facebook.com/marchadaliberdade>

<http://twitter.com/liberdade/>